

TRAVESTIS, ESCOLAS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Wiliam Siqueira Peres*

Resumo

Neste artigo colocamos em análise relatos de travestis a respeito de suas experiências com o sistema de ensino brasileiro. Trata-se de uma cartografia que coloca em questão aspectos negativos e positivos que denunciam dificuldades por parte dos operadores da educação no trato com essa população, o que clarifica a urgente necessidade de abertura de um debate maior que amplie as ações educativas em uma perspectiva da defesa dos direitos sexuais e humanos, estratégias de inclusão e defesa da cidadania. Apesar das dificuldades das travestis em permanecer e concluir seus estudos, é possível localizar alguns operadores da educação e suas escolas em que as mesmas possam se sentir acolhidas e respeitadas diante de suas escolhas pessoais, clarificando sobre as linhas que compõe os processos de subjetivação.

Palavras-chave: Travestis. Escolas. Estigmas. Processos de subjetivação.

“Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio ...”
(Travesti Gaúcha, 23 anos)

Este artigo propõe uma reflexão sobre as relações possíveis entre as escolas e as travestis, transexuais e transgêneros (TTT). Relações estas que, cá entre nós, não têm sido nada fáceis, dadas as múltiplas questões que giram em torno dos universos existenciais das travestis, transexuais e transgêneros, e dos universos de referências dos operadores da educação, tais como: sexo, prazer, amor, conjugualidades; volúpias, pecados, moralidades; desejos, condutas, subjetividades; estado, famílias, parentalidades; gêneros, normas, identidades; questões que suscitam múltiplas fantasias, desejos e sensações.

As expressões das homossexualidades se mostram presentes em todos os períodos da história da humanidade, o que evidencia tratamentos de toda ordem de acordo com os contextos sócio-históricos e culturais em que são produzidas. A emergência dessas expressões está intimamente relacionada com os processos de subjetivação que engendram discursos e práticas constitutivas dos sujeitos.

Por subjetivação queremos designar o movimento que produz sujeitos a partir da relação dos mesmos com os sentidos, valores e significados constitutivos do contexto sócio-histórico, político e cultural em que se encontram inseridos.

Os estudos sobre as subjetividades (DELEUZE; GUATTARI, 1997; ROLNIK, 1997; BAREMBLITT, 1992; PERES, 2005) tem nos levado a cartografar dois grandes processos de subjetivação, quais sejam, os processos normatizadores e os processos singularizadores.

* Professor do Depto. de Psicologia Clínica – FCL/UNESP/Assis-SP; Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ/RJ; Líder do GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sexualidades/CNPq. wiliam_siqueira@uol.com.br

Os processos de subjetivação normatizadores dizem respeito à produção de sujeitos que reproduzem os modelos previamente dados, e dão manutenção a certo modo de viver disciplinado, regulado e repetitivo. São os filhos e as filhas da “norma”. Esse modo de subjetivação evidencia a força e a eficiência gerada por aquilo que Michel Foucault denominou “bio-poder”, dispositivo que teria dupla direção: de disciplinar os corpos e de regular a população.

Nessa produção mecânica e repetitiva de indivíduos dóceis e úteis, o bio-poder será

elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu esforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns quanto de outros, garantido relações de dominação e efeitos de hegemonia (FOUCAULT, 1985, p. 132-133).

Ao tomarmos o bio-poder como categoria útil de análises sobre as subjetividades, percebemos que os modos de subjetivação normatizadores seriam responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida, da moral vigente e do *status quo*, enquanto os modos de subjetivação singularizadores se mostrariam como linhas de fuga, contra-poderes ou resistências frente ao poder que facilitariam a expressão da diferença, da singularidade e de modos desejantes potentes e criativos, entendido aqui

na forma proposta por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1995), como uma “usina de produção de real social”. A vida se processa através do embate de virtualidades que se atualizam através dos processos desejantes que enunciam os acontecimentos.

Nesta perspectiva, dependendo do modo de subjetivação em ação, teremos pessoas mais normatizadas ou mais resistentes aos processos de normatização, o que, por conseguinte, nos permite um mapeamento dos níveis de abertura ou de fechamento frente ao contato com as diferenças, com novas possibilidades de existencialização.

Essa perspectiva já permite brevemente problematizar a respeito do embate de subjetividades presente na relação entre as TTT e os operadores da educação como efeitos de discursos disciplinares e reguladores que se materializam (encarnam) em seus corpos, sensibilidades, pensamentos, crenças, valores, enfim, nas referências que os mesmos possuem sobre certo/errado, normal/patológico, pecado/virtude, e que na maioria das vezes são tomados como verdades absolutas e universais.

A relação que as pessoas estabelecem com seus corpos, suas sexualidades, seus prazeres e identidades de gêneros, assim como a que firmam com os dos outros, fala diretamente dos processos de subjetivação que os constituíram enquanto sujeitos, tendo como base os processos que materializam os corpos em decorrência das ordens impostas pelo poderes discursivos disciplinares e regulatórios (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2003; LOURO, 2004). Em razão dessas determinações, constroem-se currículos, definem-se atividades e estabelecem-se correções que reificam a manutenção de valores e modelos que podem ser falíveis enquanto categorias analíticas no mundo contemporâneo.

A emergência de novas identidades sexuais e de gêneros, e de demandas psicossociais, políticas e culturais assim suscitadas, solicita novas problematizações sobre políticas inclusivas que contemplem as novas expressões sexuais e de gêneros, e que por sua vez, efetivem novos processos de subjetivação, novos modos de existencialização.

Há muito tempo a escola foi tratada como aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 2007), cumprindo com a função de disciplinar os corpos e regulá-los para o mercado de trabalho, e, como fiel escudeira do bio-poder, para a produção de corpos úteis e dóceis (FOUCAULT, 1987). Úteis para a produção e exploração capitalistas e dóceis aos modelos existenciais impostos de passividade e submissão.

O modelo disciplinar e regulatório adotado pelas práticas educacionais tiveram ao longo dos últimos tempos um enraizamento político muito profundo, de fixação de crenças e referências muito resistentes às novas expressões existenciais emergentes, dificultando mudanças de paradigmas curriculares e programas educacionais.

Algumas tentativas (poucas) têm sido feitas no sentido de promover a inclusão de TTT nas escolas, mas ainda esbarram em preconceitos de toda ordem que, para além dos currículos e programas educacionais, são encontrados nas relações interpessoais; na subjetivação da travestifobia, pois as reações desses encontros são extremamente carregadas de sentimentos fóbicos, amedrontados e inseguros, evidenciando assim o quanto os trabalhadores da educação estão despreparados e como seus preconceitos e desrespeitos se atualizam nas relações com as TTT.

Entre tantos temas chamados de transversais pelos operadores da educação, a temática da diversidade sexual parece ser um assunto dos mais inquietantes. Se lidar com a expressão de gays e de lésbicas é complicado, quando os trabalhadores da educação se deparam com as travestis, transexuais e transgêneros, eles se mostram ainda mais perdidos e despreparados, o que, na maioria das vezes, impede a possibilidade de abertura de diálogo e problematização a respeito da emergência desses diferentes modos de existencialização presentes em nossos cotidianos. Possibilidade que, a nosso ver, poderia contribuir para a diminuição e/ou a erradicação do racismo, machismo, homofobia, lesbofobia, travestifobia, transfobia e transgênerofobia, e de fato se tornar uma escola para todas e todos.

Como o recorte deste artigo diz respeito às travestis, apresento algumas conceituações possíveis a respeito do que podemos denominar travestis, transexuais e transgêneros (TTT), de modo a clarificar e a diferenciar pessoas que apesar de estarem próximas, possuem particularidades dignas de serem consideradas.

De modo bastante rápido, defino as travestis como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo do gênero feminino, se apropriando de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, sejam por meio da ingestão de hormônios, ou da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses; as transexuais são pessoas com demandas de cirurgias de mudança de sexo e de identidade civil, de modo a adequar sua genitália a sua identidade de gênero, demandas pelas quais não encontramos nas reivindicações emancipatórias das travestis que não se incomodam com seus órgãos genitais de origem; já transgêneros seriam pessoas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nesta caracterização, como o fazem as travestis e as transexuais. Como exemplo dessas pessoas pode-se elencar as/os transformistas, as *drags queens*, os *drag kings*, os *cross-dressing* etc.

Aqui, gostaria de me ater mais especificamente sobre as travestis, embora transexuais e transgêneros muitas vezes passem pelas mesmas dificuldades de serem aceitas e respeitadas no ambiente escolar.

Como ilustração das dificuldades em administrar a presença de travestis nas escolas, vejamos a resposta de Suélen (travesti negra, 29 anos), quando perguntada sobre suas lembranças da escola:

“Ah! Querido! Você quer saber sobre a escola? Que escola você quer saber, da escola da vida? É, porque travesti mesmo aprende na escola da vida! Imagina só, mas eu tentei e foi muito viu? Não pensa que não insisti em ficar na escola, eu até que insisti por causa da minha mãe! Por mim eu não ia na escola porque foi muito difícil aguentar a discriminação. Estudei até a oitava série, mas para chegar lá eu passei por

onze escolas. Todo ano eu tinha que mudar porque a diretora falava que não tinha vaga. Era desculpa né? Tudo bem que eu não sou santa, mas era puro preconceito. Até a quinta série foi tudo bem porque eu era gayzinho, né? Assim, eu era bem afeminado, tinha trejeitos mesmo, mas ficava calada, era educada, tirava nota boa! Na quinta série eu já tava com uns onze anos e arrumei um namoradinho na escola e a gente ficava de mão dada. Foi um mês e a diretora mandou a minha mãe me internar, mas minha mãe preferiu me transferir de escola. Aí, na outra escola eu senti vontade de passar batom, peguei da minha mãe e levei comigo e no recreio ia no banheiro e voltava de batom! Um escândalo! A professora da minha sala falou que eu estava com encosto, sabe?, que eu tava tomada pelo demônio e que minha mãe tinha que me levar na igreja. Mas minha mãe era desencanada e me transferia de escola, foi um monte de vezes, nem lembro tudo! Agora, quando a Suélen nasceu de dentro de mim, ela veio forte e decidida! Foi um fuá, meu bem! Era mais forte do que eu e as pessoas se assustavam comigo e me agrediam, sabe? Aí eu agredia também, né? Aí eu decidi que escola não era para mim e que eu tinha que cuidar da minha vida!

Suélen nos apresenta dois encaminhamentos feitos pela escola para sua expressão de gênero, a primeira, feita pela diretora, para tratamento médico; a segunda, feita pela professora, para exorcismo. Provavelmente ambas as operadoras da educação não tinham informações sobre sexualidades e gêneros, e muito menos sobre orientação sexual, expressando preconceitos e fazendo encaminhamentos equivocados. São essas situações que denunciam a necessidade urgente de capacitação dos profissionais da educação, de modo a clarificar valores e ampliar seus universos de referências.

Essa situação apresentada por Suélen pode ser tomada como representante de muitas outras situações em que o tratamento dado pelas escolas para a diversidade sexual, e em especial às travestis, tem se mostrado problemático, muito embora, de tempos em tempos, tomemos conhecimento de iniciativas por parte de alguns profissionais da educação que montam projetos de inclusão e de respeito à diversidade sexual; os quais muitas vezes encontram resistências em suas implantações e, por isso, estão em constante insegurança quanto à sua continuidade.

Problematizar ou colocar em análise as cenas vividas por travestis, transexuais e transgêneros, em suas relações com as escolas, permite a realização de cartografias que mapeiam as diversas linhas de sua composição e evidenciam uma complexa rede de saberes e poderes presentes em sua subjetivação.

Uma das cartografias possíveis sobre o universo escolar e a expressão travesti diz respeito aos processos de estigmatização vividos pelas travestis e às respostas que podem ser dadas a essas experiências de enfrentamento à discriminação, estigmatização e exclusão social.

Os processos de estigmatização vividos pelas travestis têm sido objeto de meus estudos há certo tempo, e têm sido úteis para pensar as condições de vida dessa população. A cartografia dos diferentes elementos neles presentes demarca a complexidade de questões que impossibilitam o acesso e uso de bens e serviços de qualidade, especialmente os relacionados às áreas da educação, da saúde e da segurança pública.

A experiência da estigmatização pode levar as pessoas a perderem a crença em si mesmas, a terem suas auto-estimas destruídas e a perderem a crença no coletivo, o que as impossibilitariam de participação política, e gera, em último caso, a impossibilidade de exercitarem suas cidadanias.

Partimos do pressuposto de que para analisar os processos de estigmatização precisamos nos orientar por referências ampliadas que se sobreponham ao individualismo e que dialoguem com os contextos sócio-históricos e políticos de seu tempo.

Nesse sentido, a ideia do uso da estigmatização como processo surge como modo de ampliação do conceito de estigma estudado por Irving Goffman (1988) que o centrava no indivíduo, para tomá-lo como produção do coletivo, logo, como efeito do poder. Essa leitura aparece em Aggleton; Parker (2001) quando afirmam que

o estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. Em última análise, portanto, estamos falando de *desigual-*

dade social. Para confrontar e entender corretamente as questões de estigmatização e da discriminação [...] é necessário, portanto, que pensemos de maneira mais ampla sobre como alguns indivíduos e grupos vieram a se tornar socialmente excluídos, e sobre as forças que criam e reforçam a exclusão em diferentes ambientes (AGGLETON; PARKER, 2001, p. 11-12).

Nessa perspectiva, proponho analisar as relações das TTT nos espaços escolares e suas conseqüências na reificação de modelos e valores previamente dados, e que, na maioria das vezes prestam um desserviço à proposta de inclusão da chamada “escola para todos (as)”.

Nas entrevistas e conversas com a população travesti encontramos relatos de experiências que em sua maioria ilustram as atrocidades vividas na relação com a escola e para as quais algumas problematizações se fazem necessárias.

A primeira delas diz respeito ao tratamento dado à *identidade de gênero*. É muito frequente a confusão estabelecida entre as pessoas e o modo de se relacionar com as travestis, transexuais e transgêneros, no tocante à perspectiva de gênero. Na maioria das vezes, o sexo e o gênero aparecem cindidos como sendo a mesma coisa, restritos a uma leitura anatômica e biológica que se orienta pela perspectiva da fisiologia genital e da filosofia moral.

Algumas pesquisadoras (RUBIN, 1993; 1999; BUTLER, 2003; WEEKS, 1999; 2000) têm denominado esse processo de “sistema sexo/gênero”, denunciando o efeito essencialista que restringe o sexo, a sexualidade e o gênero a uma ordem natural das coisas, quando não é bem assim. Para tanto, propomos entender o sexo

como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciando homens e mulheres. Embora essas distinções anatômicas sejam geralmente dadas no nascimento, os significados a elas associados são altamente históricos e sociais (WEEKS, 1999, p. 43).

Já os gêneros podem ser considerados como atributos de masculinidades e feminilidades que se materializam nos corpos através de discursos disciplinares

e regulatórios, sendo usados para designar as relações sociais entre os sexos. A materialização dos corpos imprime marcas do poder determinantes dos limites discursivos dos gêneros, e delimitam o que seria da ordem do masculino e do feminino, excluindo qualquer expressão que borre o contorno definido como norma binária dos gêneros. Para ser homem ou ser mulher há limites; ultrapassá-los significa adentrar em outras dimensões e, ao fazê-lo, é produzido um embaralhamento dos códigos de inteligibilidade, que gera um estado de *non sense*, e isto é extremamente perturbador. Para os viciados em identidades sexuais e de gêneros (sedentos por verdades absolutas e binarizantes), aproximar-se de expressões dissidentes de sexualidades e de gêneros (des) conhecidas pode ser desesperador e, na maioria das vezes, disparador de preconceitos, discriminações e exclusão dos diferentes.

Os gêneros então podem ser entendidos como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995), que por sua vez, ocupa um lugar hierárquico nas relações sociais, tornando-se um importante componente de subjetivação. Como aponta a autora, os gêneros participam da composição das relações sociais orientadas pelas diferenças percebidas entre os sexos, tornando-se assim, um modo primário de dar significação às relações de poder.

A presença das travestis na contemporaneidade tem colocado em xeque as determinações clássicas e rígidas dos gêneros, afrouxando as amarras do sistema sexo/gênero, para compor novos processos de subjetivação e novas possibilidades de existencialização.

Uma das maiores ofensas possíveis às travestis decorre do tratamento social pela ambivalência sexo/gênero. Apesar de ter um corpo com genitália masculina, a sua identidade de gênero é constituída pela categoria feminina; sua composição com a existência e sua circulação pelos espaços sociais solicitam o tratamento no feminino, e ter esse reconhecimento é con-

dição indispensável para potencialização de sua auto-estima, saúde e empoderamento frente aos estudos e formação profissional.

Ao circular pelo mundo, e, claro, também pelas escolas, as travestis apresentam uma urgente solicitação de diálogo e de problematização a respeito das identidades constituídas pelo regime regulador dos sexos e dos gêneros, reivindicando revisão de valores e conceitos de modo a ampliar a ideia que se tem do humano e de suas necessidades político-existenciais.

Mas, tudo indica que as escolas não têm escutado esses novos clamores das travestis que solicitam a abertura de diálogos para as novas composições sexuais e de gêneros, emergentes na contemporaneidade; parece que suas raízes ainda estão muito profundas e muito difíceis de ser arrancadas, permanecendo a impressão de ausência de vontade política para produção dos enfrentamentos que solicitam urgências.

Como ilustração do terrorismo de gêneros que ainda é exercido pelas escolas sobre as travestis, apresentamos o relato de Bruna, de 32 anos, a respeito de sua experiência de discriminação:

[...] ah na escola a gente ouvia piadinhas, mas eu não sou muito de aguentar piadas e já pergunto: o que que é, hem? O que tá acontecendo? Já dou um show e assim a gente vive, né? Às vezes a gente tem que baixar o nível porque as chacotas são exageradas. O pior é que muitas das vezes as piadinhas são feitas pelos próprios professores que incentivam os guris a abusarem da situação. Imagina que uma professora que eu tive na quinta série chegou a falar em sala de aula que eu tinha uma doença muito grave e que as pessoas que ficavam perto de mim poderiam virar travesti. Depois disso minha vida virou um inferno e tive que abandonar a escola. Até hoje, que tenho 32 anos, às vezes penso em voltar a estudar, mas agora já foi o tempo, né? Agora só me resta rezar pela proteção divina porque das pessoas a gente não pode esperar muito não.

Nesse relato é evidente o preconceito e a perversidade exercida pela professora ao espalhar pânico e facilitar a discriminação entre os alunos. Uma ação

que provocou o abandono da escola por parte de Bruna, assim como uma fobia escolar que contribui para o afastamento das pessoas que, por algum motivo, se destoam dos chamados “normais”. Uma prática de exclusão que reifica as desigualdades sociais, sexuais e de gêneros, e estimula o fascismo, o machismo, o racismo, a homofobia (medo, nojo e/ou aversão a homossexuais), a lesbofobia (medo, nojo e/ou aversão a lésbicas), a travestifobia (medo, nojo e/ou aversão a travestis) e a transfobia (medo, nojo e/ou aversão a transexuais).

Em outro contexto, aparece a história de Lilith, uma travesti negra, pobre, candombleira, portadora do vírus HIV, que aos 42 anos nos fala de uma cena vivida ainda em sua infância, quando cursava a quarta série primária. Lilith ainda não era travesti e se portava como menino, mas devido aos seus trejeitos femininos sempre era molestado e agredido pelos outros meninos que a humilhavam constantemente. Um dia, após o sinal de entrada do recreio Lilith se dirige ao banheiro (deixava para ir por último para evitar molestações) e é atacada por nove meninos que a obrigam a fazer sexo oral e anal com todos do grupo.

Após a experiência da “curra”, ficou algum tempo caída no chão chorando, até ser encontrada pela servente da escola que a levou até a diretoria, onde fez a queixa e a denúncia dos meninos que a haviam violentado. Após a denúncia, a diretora chamou os meninos envolvidos e constatou que entre eles estavam seu filho e um sobrinho que em prantos negavam a participação no episódio. Após alguns dias, a diretora da escola convocou Lilith e seus familiares para promulgar a expulsão da mesma por “atentado violento ao pudor”. Como consequência de negociação entre os familiares e a diretora, foi dada a transferência de Lilith para uma escola particular, mesmo sabendo das condições de pobreza em que vivia sua família e o quão difícil seria para arcar com esse custo.

Lilith diz ser uma pessoa revoltada e indignada com a sua experiência na escola e que, muitas vezes, pensou em abandonar os estudos. Repetidamente fugia

da escola devido às molestações e agressões dos outros meninos ou, ainda, por piadas emitidas pelos próprios funcionários da escola, porém, quando descoberta, era obrigada por sua mãe a retornar à escola, mesmo com todas as justificativas que tinha para não voltar.

Nessa situação nos deparamos com cenas de arbitrariedades; a diretora legislando em “causa própria”, ou seja, transforma Lilith em culpada quando a mesma era vítima de estupro, de abuso, de desrespeito. Além de afeminado, Lilith ainda carregava outros estigmas: ser pobre e ser negra. Aqui encontramos a sinergia de estigmatização sobrepondo homossexualidade, gênero, raça e classe social.

Diversos pesquisadores, entre eles Jeffrey Weeks (1999), alertam sobre a necessidade de estarmos atentos para as interfaces que a expressão de gênero estabelece com outras categorias, tais como, classe, raça/etnia, sexualidade. Seria possível acrescentar a estas a orientação sexual e relação inter-geracional, por considerá-las importantes na composição analítica de problematização sobre as novas identidades sexuais e de gêneros que ganham visibilidade na contemporaneidade.

Em mais uma ilustração sobre os processos de estigmatização, nos deparamos com o relato de Luciana (travesti gaúcha, 23 anos):

Da escola, eu lembro das torturas. Torturas que estavam presentes nos olhares e risos que iam desde a servente e a merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala e de recreio. Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava grosserias: ‘seu viado, vê se cria jeito de homem, seu safado, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se requebrando’. Quando eu via aquele guri eu entrava em pânico e pensava: meu Deus, lá vem aquele Hitler de novo? Enquanto ficava nas ameaças eu aguentava, mas o pior foi quando ao sair da escola, eu levei uma chuva de pedradas que me machucaram muito e tive que fazer vários curativos. Mesmo assim eu ainda aguentei muito até terminar a oitava série. Depois disso, nunca mais quis saber de escola.

Como podemos perceber, os processos de estigmatização e de violências sobre as expressões travesti, transsexual e transgênero são muito frequentes nos espaços

escolares e as cenas apresentadas apenas ilustram algumas ocorrências que se multiplicam por todo o território nacional. As ausências de flexibilidade diante das diferenças entre os profissionais da educação mostram o quanto as pessoas estão fixadas a padrões e modelos de verdades que revelam a presença do que Gilles Deleuze (1992) nomeava como sendo micro-fascismos em nós, expressos através do dedo em riste, do tom de voz alterado, das expressões faciais depreciativas. Essas situações se aproximam das análises feitas por Helio Silva quando aponta:

Assim como no caso dos meninos de rua [...] o problema não é a travesti. A questão é quem as mata, espanca e desdenha. Talvez possamos estabelecer uma linha de comunicação entre o risinho no canto direito da boca do intelectual macho (ou do gay respeitável) com a bala que fere o seio esquerdo da travesti. O risinho cria na verdade a ambiência que neutraliza a decisão de apertar o gatilho (SILVA, 1993, p. 16).

Os relatos evidenciam um mundo de terror e de violência nas quais as pessoas que, na busca de sua felicidade, escolhem romper com os padrões morais estéticos são submetidas às atrocidades dos preconceitos de pessoas viciadas em identidades que acreditam ser os donos da verdade e dos modelos préestabelecidos como *a priori* dos modos existenciais.

Com essas ilustrações pretendemos cartografar apenas algumas discriminações que são vividas pelas TTT nas escolas, e como, enquanto processos de estigmatização, essas pessoas têm suas existências restritas às experiências de discriminação (por serem travesti, pobre, negra), violências (físicas, psicológicas, morais), exclusão (familiar, escolar, social) e morte (física, civil).

Mas, felizmente, nem tudo está perdido. Após muita procura, há algumas notícias de TTT que conseguem se manter nas escolas e até se tornarem professoras delas. As notícias que dispomos dizem respeito a travestis e transexuais que fizeram ou atualmente estão fazendo cursos universitários e, em escala menor, algumas em cursos de pós-graduação.

As referências de que dispomos são coletadas por meio de nossas participações em diversos encontros nacionais e regionais de travestis e transexuais, onde são frequentes os relatos de TTT a respeito de suas vivências nas escolas. Confirmando nossa exposição, todas as TTT, sem exceção, descrevem dificuldades e enfrentamentos que precisaram e precisam viver para se manterem dentro das escolas, sendo as cenas mais frequentes nos períodos de estudos básicos e secundários, mesmo porque, quando adentram nas universidades, já são pessoas mais maduras e mais esclarecidas frente às violações de seus direitos como cidadãs. Porém, nas universidades também se faz presente uma carga muito intensa de travestifobia/transfobia/lesbofobia/homofobia que muitas das vezes se tornam co-responsáveis pelo abandono ou exclusão dessas pessoas que não chegam a concluir seus estudos.

Para as travestis resistentes, que concluem seus cursos, ainda resta a concorrência no mercado de trabalho. Se para as pessoas de orientação heterossexual e com identidade de gênero ajustada ao seu sexo biológico já está difícil, para as TTT fica mais complicado ainda. A inclusão de travestis nas escolas solicita uma campanha de inserção no mercado de trabalho e poderia dar continuidade à campanha desenvolvida pelo Ministério da Saúde, intitulada “Travesti e Respeito”, com ênfase nos espaços escolares.

Dentro dos muitos Brasis que compõem nosso país, há notícias de travestis e transexuais que são professoras nos estados de Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Essas professoras contam que inicialmente tiveram enfrentamentos intensos nas relações com seus colegas de trabalho, familiares de alunos e igrejas excludentes. Em muitas situações tiveram que recorrer à justiça, tendo seus processos sidos vitoriosos e permitindo às mesmas se tornarem cidadãs de fato e de direito.

Considerando as dificuldades vividas de ambos os lados nas relações entre trabalhadores da educação e TTT, gostaria de fazer uma última reflexão a respeito da formação

dos educadores para lidar com as temáticas transversais das sexualidades e dos gêneros. Muitas pessoas, ao concluírem seus cursos universitários, saem completamente despreparadas para trabalhar com as diversidades sexuais, devido à ausência de programas de ensino voltados para essas temáticas, ou ainda por serem enfocados muito brevemente. São lacunas que trazem resquícios do regime militar e que permanecem presentes nas práticas educacionais atuais, conjugadas com influências religiosas que rompem com qualquer perspectiva crítica laica de aprendizagem, reificando práticas educacionais militarizadas e reducionistas.

Mas, como aprendemos com Michel Foucault (1985), todo poder traz em seu bojo um contra poder, uma resistência aos processos de normatização que permitem o rompimento com a binaridade e o resgate das potencialidades criativas.

Tem sido possível visualizar alguns projetos de capacitação que vêm acontecendo em nosso país, e o realizado pela Prefeitura de São Paulo e pelo Grupo Corsa paulista parece ter recebido maior destaque devido às apostas que foram feitas nesse projeto, capacitando mais de mil professores da rede municipal de ensino paulistano. Algumas outras poucas iniciativas têm sido feitas individualmente por alguns professores que, sensibilizados, realizam algumas atividades que problematizam as diferenças e a importância do respeito que se deve ter por elas.

Considerando alguns exemplos que trouxemos para a reflexão, a respeito das relações das escolas e seus agentes com as TTT, fica patente a urgência de criação de agendas que contemplem diálogos e problematizações sobre as diversidades sexuais, direitos humanos e sexuais, nos espaços escolares, de modo a contribuir para a erradicação e/ou diminuição de preconceitos e desrespeitos presentes na formação e desenvolvimento da travestifobia/transfobia/lesbofobia/homofobia, do racismo e do machismo, infelizmente ainda presentes no cotidiano das escolas brasileiras, transformando o interesse e o prazer de aprender em exercícios sádicos e numa câmara de horrores.

TRANVESTITES, EDUCATIONAL SYSTEM AND SUBJECTIVATION PROCESSES

Abstract

In this paper, we analyze transvestites' reports regarding their experiences at schools. It is a cartography that focuses on negative and positive aspects which call to consideration difficulties from the operators of the education in dealing with this population. Such cartography clarifies the urgent need for opening to a broader debate to increase the educational actions in the perspective of the protection of the Sexual and Human Rights with strategies of inclusion and defense of citizenship. In spite of the transvestites' difficulties in enduring and concluding their studies, it is possible to locate some schools in which the transvestites can be welcomed and respected in consideration to their personal choices. Thus, it clarifies the lines that compose their subjectivation processes.

Keywords: Transvestites. Schools. Stigma. Subjectivation processes.

REFERÊNCIAS

AGGLETON, Peter; PARKER, Richard. *Estigma, discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro: ABIA, 2001.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. São Paulo: Graal, 2007.

BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de análise institucional e outras correntes*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v.1. Rio de Janeiro: 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, v.4. Rio de Janeiro: 34, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*, v.1. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Ditos & escritos IV: estratégia, poder – saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação. *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v.9, n.2, 2001.

PERES, Wiliam Siqueira. Travestis brasileiras: construindo identidades cidadãs. In: GROSSI, Miriam et al (orgs.). *Movimentos sociais, educação e sexualidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ROLNIK, Suely. Subjetividade, ética e cultura nas práticas clínicas. *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, PUC-SP, v.3, p. 305-313, 1997.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres*. Recife: SOS Corpo, 1993. Texto traduzido de *The Traffic in Women*. In: REITTER, R. (Org.). *Toward Anthropology of Women*. Nova York, Monthly Review Press, 1975.

_____. Thinking sex: Notes for a radical theory of politics of sexuality. In: AGGLETON, Peter; PARKER, Richard. (Org.). *Culture, society and sexuality: a reader*. Londres: UCL Press, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, *Educação e Realidade*, UFRGS, v.20, n.2, Jul/Dez, 1995.

SILVA, Hélio *Travesti: a invenção do feminino*. Rio de Janeiro: ISER/RELUME-DUMARÁ, 1993.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Sexualidad*. México: Paidós Mexicana, 2000.

